

ACENTUAÇÃO GRÁFICA - MUDANÇA DE METODOLOGIA

Oswaldo Humberto Leonardi CESCHIN *

«Se as crianças pudessem decidir a respeito de sua língua, ortografia e gramática não hesitariam; sua tendência inata é regularizar tudo (...). São os adultos, no entanto, que decidem e, para eles, a reforma significa que devem modificar seus hábitos inveterados.» (1)

Eric Buyssens

RESUMO: O autor propõe uma revisão da metodologia do ensino da acentuação gráfica em língua portuguesa. Depois de um breve excuro por algumas gramáticas do século XVI ao século XX, justifica os atuais critérios da Academia Brasileira de Letras que fundamentam os empregos dos acentos gráficos no português do Brasil. Embora não se possam defender tais critérios do ponto de vista estritamente lingüístico, são eles resultados de observação de fatos da história da língua e apresentam razoável coerência. Mudando-se a metodologia do ensino da acentuação gráfica, substituindo as regras ou conclusões de raciocínios pelas premissas que as determinam, a acentuação gráfica deixará de ser um problema e tornar-se-á apenas um tópico do ensino da ortografia da língua portuguesa do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino. Metodologia. Ortografia. Tonicidade. Acentuação tônica. Acentuação gráfica. Vocábulos. Estrutura fonológica. Prosódia. Regras. Tendências históricas. Economia fisiológica. Diacríticos.

Nesse ano de 1988 completa-se mais de uma década e meia sem nenhuma alteração oficial no sistema ortográfico vigente no Brasil. O mais recente dos atos relativos à ortografia ocorreu em 18-12-71 com a promulgação da lei 5.765, que entrou em vigor em 18-01-72 e alterou o sistema estabelecido pelo denominado Acordo de 43, promulgado em 18-01-44, o qual, revogado em 1945, continuou em uso, até que, em 1955, desbancando o sistema que, apenas de direito e não de fato, o substituíra, voltou a vigorar plenamente. Neste século é o mais longo período sem reforma na ortografia oficial!

Sem fazer juízo de valor, pode-se afirmar que a ortografia em uso continua a oferecer dificuldades para a aprendizagem, como se observa em qualquer grau de ensino na escola brasileira, do primário ao superior. Este problema não deve entretanto, ser analisado apenas sob o ponto de vista da pertinência ou eficácia da ortografia em uso. Há outros

* Professor Doutor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

componentes do problema que devem merecer atenção, como o próprio sistema educacional, as condições de ensino e as implicações sócio-econômicas e culturais, cujo exame não cabe neste momento.

Restringimo-nos apenas à observação de um tópico da ortografia, os acentos gráficos, de uma perspectiva didático-pedagógica que leva em consideração os fenômenos da língua relativos à matéria e a seu ensino.

Numa olhadela ao passado, verifica-se que esses sinais auxiliares da grafia aparecem ainda numa fase remota da língua usados com diferentes funções. Na *Gramática* de João de Barros o acento agudo indica vogal aberta e tônica, como em *resposta*, *nóssa*, etc.; ao passo que o circunflexo indica tônica fechada como em *létera*, *ôs* (pronomes pessoal oblíquo e pronome demonstrativo), etc. É Duarte Nunes de Leão que menciona o acento agudo, o grave e o circunflexo, reservando-lhes um capítulo de sua *Ortografia da Língua Portuguesa*, em que expõe, entre outros, o conceito de que os acentos agudos eram utilizados para indicar na grafia o acento. . . “alto e predominante das vozes”, enquanto o grave só era considerado em oposição ao agudo. Diz Duarte Nunes que o acento grave não era propriamente acento senão com respeito ao agudo (p. 196). O circunflexo é o que participa de ambos, ou seja, é formado do agudo que levanta a voz e do grave que a abaixa. E preceitua: “É porque muitas dicções se parecem com outras por terem as mesmas letras, e, todavia, por serem diferentes na significação, teem diferença no acento, releva usar destes acentos para demonstração a diferença.” (p. 196). E aconselha a não usá-los quando os vocábulos não se encontrarem semelhantes.

Note-se que Duarte Nunes de Leão ressalta a importância da função dos acentos como sinais diferenciadores gráficos. Chama, por exemplo, a atenção para a distinção estabelecida entre o mais-que-perfeito e o futuro do indicativo, sugerindo a grafia do acento agudo — *amára* para o pretérito e o acento circunflexo para o futuro *amará*. Desautoriza na *Ortografia* o uso de letras dobradas para indicar o acento predominante, segundo ele, pelos que desconheciam a existência dos acentos gráficos, como forma de representação da tonicidade. Na visão de Duarte os acentos gráficos são sinais úteis à escrita por permitirem a diferenciação da significação das palavras: “Assi ‘que onde o acento faz mudança de significação, o notaremos sempre”.

No fim do século XVIII, Soares Barbosa em sua *Gramática Filosófica* faz ver que enquanto para gregos e latinos os acentos grave, agudo e circunflexo (*sic*) eram prosódicos, isto é, destinados a indicar a elevação ou o abatimento da voz nas sílabas do vocábulo, para os portugueses os acentos também eram indicadores das diferentes espécies de vogais, por indicarem, além da tonicidade, a abertura. E afirma numa doutrina que parece permanecer até os nossos dias:

“Na escriptura ordinaria faz-se muito pouco caso d'estes accentos vogaes, na certeza de que o uso mesmo da pronunciação viva, distinguirá na leitura os diferentes sons d'estas vogaes. É porém certo que quando se trata de ensinar e firmar a boa pronunciação da lingua, a quem não tem ainda todo o uso preciso para saber, como são os meninos e os estrangeiros, estes accentos vogaes não se devem desprezar principalmente nos livros que se destinam para a primeira instrução da mocidade e para o uso do povo; e muito particularmente quando estes accentos fazem mudar de espécie, de caso e de numero o mesmo vocabulo, e por consequencia também de significação, como n'estas palavras: pára, para, bésta, bêsta”... (p. 67). Portanto, também para Soares Barbosa, os acentos tinham caráter diferenciador, mas o que chama a atenção nesta passagem é que o A. ressalta a importância dos acentos gráficos como instrumentos de ensino e de uso do povo, e denuncia o pouco caso de que eram alvos na escriptura ordinária.

No *Epitome da Gramática Portuguesa*, elaborada em Pernambuco, em 1802, portanto 6 anos depois da Gramática de Soares Barbosa, Antonio de Moraes Silva afirma a respeito dos sinais de acento: “são / / / agudo. / \ / grave: as mudas não tem sinal particular: o accento circumflexo não o temos; as vogaes que com ele se notão, são graves” (“Introdução”, p. 319). Moraes assinala que o accento circumflexo é desnecessário ao português; “os nossos gramaticos accentuam como ele vogaes graves: v.g. vêo, feo, por vèyo, fèyo... acrescenta: “commumente não usamos de accentos prosódicos, se não é para distinguir palavras homonimas, ou da mesma escriptura, e diversos sons e sentidos”... (Livro II, cap. IV, nota c).

E aí se tem a confirmação das palavras de Soares Barbosa quanto ao uso dos sinais de acentuação, bem como se enfatiza sua função como instrumento de diferenciação de palavras na escrita.

Entre os gramáticos do século XIX e do início do século XX, os acentos gráficos ficaram geralmente em segundo plano. Os gramáticos brasileiros como Freire da Silva, Pacheco da Silva Júnior, Ernesto Carneiro Ribeiro, Alfredo Gomes, João Ribeiro, Maximino Maxiel e mais recentemente M. Said Ali, Sousa Lima, não lhe deram muita importância. Maximino, em sua *Gramática Descritiva* 12ª ed. 1931 — Francisco Alves) chega a criticar o sistema adotado por alguns filólogos portugueses, o qual tornava... “exagerado o numero de accentos distintivos para fixar a prosodia ou orthoepia de certos vocábulos” (p. 30, nota 2). Julio Ribeiro, embora não tenha se preocupado com o assunto, deu algumas informações úteis em sua *Grammatica Portuguesa* (§ 51 a § 63), deixando perceber que os acentos gráficos eram usados para indicar a natureza da vogal, às vezes a tonicidade ou mesmo a diferença entre vocábulos.

Deve-se observar que os gramáticos brasileiros do último quartel do século XIX e do primeiro do século XX de certo modo evitaram

estabelecer doutrina sobre o uso dos acentos, e uma das razões é que a questão ortográfica era incipiente e não havia despertado ainda o interesse que, mais tarde, especialmente no pós-modernismo, haveria de despertar. O problema estava restrito apenas a uma minoria de privilegiados que tinham acesso à língua escrita. Apesar de não ser ignorada por filólogos, lingüistas, gramáticos, escritores e professores, o problema da ortografia, agravado pelas divergências entre o português europeu e o do Brasil, somente eclodiu a partir do momento em que um grande número de usuários da língua buscou ter acesso à alfabetização e à escola, solicitando desta e de todos os manipuladores da língua escrita, a atenção para um problema prático que poderia tornar-se mais um obstáculo para o ensino.

Cabe notar que os gramáticos revelaram preocupações didáticas na exposição do assunto. Said Ali, em sua *Gramática Secundária* (1923) do curto espaço que destina "aos acentos" dedica uma parte ao que denominou "acentuação supérflua". Já Eduardo Carlos Pereira (1ª ed. 1907, 8ª ed. 1908), em sua *Gramática Expositiva — Curso Superior*, inicia o tópico *a acentuação gráfica* com os dizeres seguintes: "A rigorosa *acentuação gráfica* das palavras portuguesas deve satisfazer às condições seguintes: 1º indicar, com mais segurança para quem lê, quais são os vocábulos átonos e quais os tônicos, e nestes qual seja a sílaba predominante... 2º — diferenciar entre si vocábulos que se escrevem com as mesmas letras, mas divergem na pronúncia, na significação ou função gramatical".

A novidade nesta observação é o caráter normativo que a explanação assume, revelada numa postura didático-pedagógica que tem predominado no ensino brasileiro nas últimas décadas, com respeito a esta matéria, o que, de certo modo, se compreende em face da oficialização da ortografia como matéria de lei, a partir de 1931. E a acentuação entrou no rol dos artigos e parágrafos da legislação brasileira.

Dois desses parágrafos, principalmente a partir de 1943, contribuíram para que durante algumas décadas os usuários, de um modo geral, e os estudantes, em particular, vivessem a ameaça da condenação: o que determinava o uso dos denominados acentos diferenciais, principais responsáveis pela pleora dos vocábulos acentuados no português do Brasil até o advento da Lei 5.765 de 18-01-71, autêntica lei do ventre livre da acentuação gráfica; e o que determinava o uso do acento secundário, também excluído pela mesma lei.

A partir de 1972, a acentuação gráfica em uso oficial no Brasil se aproximou um pouco mais do sistema vigente em Portugal; e se atualmente é possível ainda fazer alguma crítica à coerência do sistema ortográfico, não será por causa da acentuação gráfica.

Esta é homogênea e racional.

E, se não foi ainda bem assimilada pelos que têm acesso à escolaridade, a dificuldade não está no sistema ortográfico. Deve ser busca-

da em outra área, talvez no próprio ensino ou em seu método. E parece que, de fato, este tópico da ortografia continua a ser objeto de dúvida entre os que escrevem no Brasil. E a dificuldade, a dúvida, a insegurança, principalmente dos estudantes, transforma este assunto, a rigor sem maior importância, num problema pedagógico. A maior parte dos alunos consultados acerca de suas dificuldades no estudo da Língua Portuguesa colocou entre as primeiras a que se refere ao emprego dos acentos. E, de fato, isso se pode comprovar. Esta situação não tem mudado a partir de 1972. Ao contrário, tem-se agravado. É um desafio e nesse sentido cabe realizar tentativas ao menos as que estão no âmbito da ação didática, quer do professor, quer dos recursos auxiliares como o livro. E, neste caso, pode-se afirmar que se torna necessário alternar a metodologia utilizada habitualmente na exposição desse assunto e isso deve ser feito em todos os níveis de ensino, a partir do nível em que o aluno possa identificar e distinguir vogais, consoantes, sílabas átonas e tônicas.

Não é apenas a metodologia que deve ser alterada. É preciso mudar o próprio modo de encarar o assunto: ortografia é um meio, os acentos gráficos são meros meios auxiliares da leitura.

Recorrendo à terminologia de Eric Byssens, é bom lembrar que a ortografia sequer faz parte da gramática da língua por se referir a uma semia substitutiva que é a escrita, enquanto a gramática "faz parte da semia direta que é o discurso (*Semiologia e Comunicação Lingüística* Cultrix p. 101, trad. de Izidoro Blikstein).

Se a ortografia no Brasil é hoje assunto de lei e obedece até certo ponto a uma convenção, torna-se mais necessário ainda observar os princípios ou critérios de que se partiu para o estabelecimento dessa convenção sob pena de, em não o fazendo, encontrar-se o usuário à mercê da memória e não do raciocínio ou da compreensão. É neste sentido que se deve rejeitar o mau vizo que tem persistido em nossas gramáticas, em nossas salas de aula, quando se discute a acentuação gráfica. Este mau costume consiste em pura e simplesmente tratar a acentuação gráfica como um código de leis, repetindo-se muitas vezes tão somente o que preceitua para ela o *Formulário Ortográfico* aprovado pela A.B.L. em 1943 e apenas alterado pela lei 5.765 de 1971. A grande parte de nossas gramáticas e obras didáticas ainda se apega à terminologia como "regras" e até "leis" de acentuação gráfica, esquecendo-se de discutir os critérios, princípios ou raciocínios que conduziram a esses resultados: as dezesseis regras estabelecidas pela A.B.L. e às quais se devem acrescentar dezessete observações de esclarecimentos e ressalvas. Duas dessas regras e uma observação foram eliminadas pela lei 5.765.

Ainda assim, mantendo o do acento diferencial de timbre nas formas *pôde* em oposição a *pode*, acrescentou-se automaticamente uma nova observação. O resultado é que geralmente o usuário, quando aprende a manipular os acentos, o faz por memória, por analogia, ou

por condicionamento. Poderia, ao contrário, conhecendo os fundamentos que determinam essas regras, compreendê-las e assimilar o uso dos sinais de acentuação sem esforço, sem aborrecimento.

Se se pode discutir a validade ou a importância desses instrumentos gráficos para o ensino ou para o uso da língua escrita, não se pode ignorar que, a partir de 1972, este é, sem dúvida, um tópico bem acabado e coerente da ortografia. E antes de discorrer exatamente sobre o que se pode realizar em seu ensino deve-se ressaltar o que preceitua o § 43 do *Formulário Ortográfico* — Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa: “a fim de que a acentuação gráfica satisfaça às necessidades do ensino — precípua escopo da simplificação e regularização da ortografia nacional —, e permita que todas as palavras sejam lidas corretamente, estejam ou não marcadas por sinal diacrítico, no *Vocabulário* será indicada, entre parênteses, a sílaba ou a vogal tônica e o timbre desta em todos os vocábulos cuja pronúncia possa dar azo a dúvidas”.

Note-se que, a exemplo do que afirmaram nossos antigos gramáticos, a A.B.L. justifica a existência dos acentos gráficos como instrumentos de ensino e da leitura. Neste aspecto é que se deve considerar esta questão segundo uma metodologia adequada ao alcance dos objetivos de transformar os diacríticos em eficientes auxiliares do ensino e da leitura. E a principal mudança de direção no método significa levar em conta não as regras que são conclusivas de raciocínio (no caso, felizmente lógicas e válidas), mas as premissas de onde se partiu para o estabelecimento das mesmas “regras”. É esta a tarefa principal e suas dificuldades, apesar de reais, serão, por certo, menos penosas do que os esforços da memória. Entre as dificuldades, está a de se reunirem numa mesma matéria fenômenos de natureza diversa, quais sejam os fenômenos históricos, fonéticos, fonêmicos e fisiológicos, determinantes da doutrina vigente em relação aos sinais diacríticos. A sistematização a que se chegou, entretanto, só foi possível graças a uma lógica absoluta no uso dos critérios adotados. Segundo Gladstone Chaves de Mello (*Gramática Fundamental* — p. 65), houve um critério simples e claro a presidir a sistematização: “verificadas as tendências fonéticas da língua, marca-se com sinal o que representar exceção ou desvio” p. 65).

O problema então está em estabelecer essas denominadas “tendências fonéticas”, pois elas manifestam apenas historicamente e nem sempre podem ser consideradas fonemicamente. Mesmo em prejuízo, do ponto de vista teórico, de certo rigor científico, do ponto de vista prático, essas tendências se verificam e se guiam para a direção da “regularidade” e “menor esforço”. Ora, define-se, nas atuais circunstâncias, o uso dos acentos gráficos como um recurso reacionário, na acepção do termo, contra as tendências prosódicas, por assim dizer, naturais do idioma; as quais podem ser testemunhas em suas diversas fases. Partindo-se de um critério exclusivamente fonêmico, seria difi-

cil aceitar a coerência dos raciocínios utilizados na organização do sistema da acentuação gráfica. É preciso considerar como válidas, por exemplo, certas premissas que dificilmente podem ser aceitas numa visão meramente sincrônica dos fenômenos prosódicos da Língua Portuguesa. Tomando-se por fundamento os princípios de que há uma tendência para a economia dos órgãos da fala em língua portuguesa e que essa tendência coincide com a acentuação paroxítona, conforme se observa na evolução do latim ao português e mesmo na fala das crianças e da população inculta ou não escolarizada, podem-se estabelecer os seguintes princípios de que parte a maioria das regras de acentuação:

1) Na língua portuguesa, há a tendência geral de transformarem os vocábulos tônicos com mais de uma sílaba em paroxítonas, pois essa acentuação é a mais econômica e natural. Parece mais coerente justificar assim este fato, em vez de considerar que a tendência para a transformação dos vocábulos em paroxítonos provém da predominância numérica desse tipo de vocábulo, como admite o próprio Gladstone C. de Mello, bem como Mattoso Câmara (*Estrutura da Língua Portuguesa* p. 65). Esta é a tendência mais facilmente verificável no passado da língua e nos dias atuais. A consequência é que os vocábulos paroxítonos e mesmo os oxítonos, cujas terminações não contribuem para que se mantenham como tais, acabam recebendo o acento reacionário de oposição à tendência geral.

2) Como as consoantes isoladamente absorvem em sua articulação maior energia do que as vogais, com exceção do *m*, que de resto não é consoante em posição final e do *s*, cuja articulação em posição final é débil, observa-se uma tendência para transformação de todos os vocábulos, terminados em consoantes articuladas, em vocábulos oxítonos.

A resultante é a necessidade de acentuação gráfica reacionária dos termos que, embora com final consonantal, sejam paroxítonos. Apesar de haver relutância entre os lingüistas em aceitar este fato como válido, ele é evidente. Mattoso Câmara, por exemplo, não aceita a existência de relação entre a estrutura vocabular e a posição do acento. Fonologicamente tem suas razões, mas a fonética histórica justifica tal relação. E o próprio Mattoso de certo modo não assumiu uma posição radical a esse respeito, pois reconhece pelo menos... "uma maior frequência indeterminável para cada terminação. Assim, o mais comum é serem oxítonos os vocábulos terminados em -r" (*Estrutura da Língua Portuguesa*, p. 55) e reconhece que isto também ocorre com o -l.

De uma perspectiva sincrônica, rigorosamente fonológica, essa tendência não pode ser verificada. É diacronicamente que se pode verificá-la e comprová-la e é nessa linha que se estabeleceu o sistema ortográfico dos acentos. Em sua *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, Mattoso Câmara analisa mais detidamente a questão do acento em por-

tuguês e insiste na tese de que a tendência do acento não é condicionada pela estrutura fonológica do vocábulo: "Muitas gramáticas expositivas procuram estabelecer regras para a acentuação grave ou aguda, de acordo com o tipo de sílaba final; mas elas não passam de indicações sobre a maior ou menor freqüência da prosódia dada como "regular", e a decisão sobre a freqüência, sendo impressionística, não será muitas vezes confirmada pela rigorosa estatística." (p. 33-34). Mas em nota aposta a este argumento, reconhece: "É inegável a preferência pela acentuação aguda nos vocábulos em que a sílaba final é travada por /r/; mas há, não obstante, graves como *açúcar* e alguns mais. Como travamento por /l/, a distribuição estatística é mais equilibrada por causa dos adjetivos em -*il* átono (ex.: *fácil*, *difícil*, *ágil*, afora os plurais dos nomes em -*il* ou -*el* átonos (fáceis) e derivados com o sufixo átono -*vel* (*amável*, *possível*, etc.)). Com os ditongos orais finais, os graves são raros (ex.: *jôquei*).

Com o ditongo nasal final -*ão*, a língua escrita mascara o equilíbrio da distribuição pela praxe de, nos verbos, adotar para esse ditongo a grafia convencional -*am* (graves: *órfão*, *órgão*, *sótão*, *amam*, *amavam*, *amaram* em oposição distintiva com *amarão*, *agudo*; e assim por diante). O uso de final diacrítico para assinalar o acento, na língua escrita, parte das conclusões a que se chegou quanto à distribuição pelo tipo de sílaba final. (p. 34). Mattoso reconhece, pois, que o critério adotado levou em consideração a estrutura fonológica do vocábulo.

A tendência é para se acutizarem os vocábulos terminados em consoantes e em ditongos especialmente as nasais, por serem dispendiosos em termos de economia funcional dos órgãos da fala. Esta tendência se manifesta também com as vogais altas /i/ e /u/ exatamente pelo esforço que exigem em sua articulação, esforço semelhante ao dispendido com as consoantes pospostas às vogais finais. Tal é a razão de se manter a tendência de acutizarem os vocábulos de final -*l*, mesmo quando esta consoante se articula foneticamente como vogal, pois esta, sendo /u/, continua a manter a mesma tendência.

O acento gráfico, reagindo contra esta tendência, incide, pois, nos paraxítonos de final consonantal ou em *i* ou *u* que correspondem ao mesmo efeito. O *s*, como já se afirmou, não interfere, tende a ser mantido por ter uma função de morfema número pessoal, o que não impede sua obliteração em certos níveis da fala. No caso do *n*, apesar de se ter praticamente transformado em nasalização, na língua escrita dos vocábulos importados, continua a manter como em -*hífen*, *abdomen*, etc. seu "status" de consoante como se comprova pela existência dos plurais em -*es* desses vocábulos. Em sua *Gramática*, Julio Ribeiro, alerta para o fato de que nos vocábulos tomados do latim sem mudança de forma, como em: *gluten*, *hifen*, *pólen*, etc., a terminação -*en* não é nasal, portanto o -*n*, nestes casos, guarda seu valor consonantal. Este valor é naturalmente perdido quando usa substituição pelo plural

em *-ns* em razão da analogia com os plurais regulares, como: *homens*, *jovens* etc.

A extinção deste fato ortográfico, ou seja a das grafias com final *-n*, é uma questão de tempo apenas, pois a terminação *-en* já se nasalizou.

Quanto à tendência para a acutização das formas *-i* ou *-u* como vogais típicas que a ortografia até 1938 ignorou, pois determinava nestes casos o uso dos diacríticos, vale rever o que afirmou a respeito Maximino Maciel: "Nos vocábulos oxítonos, desinenciados por *i* e *u* se nos antolha superfluo o acento agudo pois aquelles dois symbolos à semelhança do *y*, quando *finais*, oxytonizam os vocábulos, salvo em poucos termos *alienígenas* e eruditos..." (*Gramática Descriptica*. p. 29, nota 7).

Portanto, não lhe passou despercebido este fato que somente a partir de 1943 seria reconhecido pelos que elaboraram o sistema ortográfico vigente no acordo de 43.

No caso dos encontros vocálicos deve-se levar em conta a tendência para a reunião das vogais em ditongos, evitando-se os hiatos sempre que possível.

3) Esta é outra tendência que se verifica também historicamente e, neste caso, o fato de haver terminação em *-i* ou *-u* a tendência mais forte que é a da redução das sílabas na prolação dos vocábulos. É evidente que a prolação *jau* ou *sai* não exigem o mesmo esforço do que a de *jaú* ou *saí*, que se realizam em dois esforços articulatórios sucessivos.

4) E ainda em relação aos ditongos, nota-se que os abertos com base *é* e *ó* são mais dispendiosos do que os fechados com base em *e* e *o*, pois deve-se considerar que quanto mais próximos da altura da vogal assilábica, que é alta, estiver a vogal básica do ditongo, menos dispendiosa a prolação do encontro; daí ser mais econômico do ponto de vista funcional, dizer *reis* ou *apoio*, em vez de *réis* ou *apóio*. Considera-se que, no caso dos hiatos seguidos de palatal nasal como em: *rainha*, *picuinha*, a tonicidade provém da exigência de se acentuar naturalmente a vogal base do hiato *-i* sem o que sua prolação fica neutralizada pela articulação da palatal nasal; no caso de hiato com base nasal como em: *ruim*, o fenômeno é o mesmo que ocorre com os ditongos nasais, que são *naturalmente* tônicos. Neste vocábulo, embora haja hesitação, em especial em nível semi-culto, pois em nível inculto a pronúncia preferida é *ruim*, com a tônica no *u*, de qualquer modo a acentuação gráfica é dispensável. No último caso, prevalece o ditongo sobre o hiato.

No caso dos encontros vocálicos *ôo* e *êe*, o acento também se apresenta com reação à tendência para a ditongação e para a crase.

Se acrescentarmos a esses empregos dos diacríticos o referente aos homógrafos tônicos de seus correspondentes átonos, que obviamente como átonos não têm acento de espécie alguma, ao passo que os primeiros recebem um sinal diferencial; e os sinais dos *uu* semivocálicos dos grupos *qu* e *gu*, -os tremas-, obtém-se o conjunto de empregos dos diacríticos, justificados por princípios que, embora possam ser questionados, são coerentes, lógicos e comprováveis. Restaria apenas o caso do acento grave, atualmente mantido somente na indicação da crase, um fenômeno fonético que praticamente nada tem com a tonicidade e, na língua portuguesa do Brasil, hoje já nem mesmo abertura expressa, ao contrário do que ocorria na fase moderna do idioma.

Entendidos os objetivos da acentuação gráfica e os princípios que fundamentaram sua sistematização na ortografia oficial vigente, torna-se clara a questão e imediatamente assimiláveis os vários usos dos diacríticos, sem necessidade de consulta a qualquer tipo de regra ou memória bibliográfica. Basta tão somente a reflexão acerca do fenômeno que é o vocábulo, para que se possa, segundo os critérios estabelecidos, aplicar o princípio adequado. É óbvio, também, que a aplicação correta do raciocínio depende da pronúncia correta segundo o que determina a língua tomada gramaticalmente como padrão. A expressão escrita, do ponto de vista dos acentos, obedece rigorosamente ao que se manifesta concretamente na prosódia e não tem sentido, por exemplo, representar como proparoxítono um vocábulo pronunciado como paroxítono, exceto por equívoco ou desvio de uso.

Numa síntese do que se expôs, pode-se afirmar que os sinais diacríticos, sobretudo o acento agudo e o circunflexo, cumprem uma tarefa marcada pela função de reação contra as tendências de transformação fonéticas manifestadas na prosódia dos vocábulos portugueses no estágio atual da língua. É nada mais, pois sua função de auxiliar da leitura nada mais representa do que a prevenção contra os desvios dessa prosódia pré-estabelecida pela gramática da língua padrão em nível culto. Esses desvios são tendências de economia fisiológica ou de menor esforço, a mais das vezes historicamente verificáveis, e o emprego funcional dos diacríticos em reação a elas ocorre nas seguintes situações:

- 1ª) O tipo predominante de acentuação tônica em português é o paroxítono, donde conclui-se que os proparoxítonos ainda existentes (são geralmente empréstimos, com exceção das formas verbais) tendem a sofrer deslocamento da tônica, contra o que se usam os acentos gráficos;
- 2ª) Como o tipo predominante é o dos vocábulos graves com terminações vocálicas em *-a*, *em*, *e* (neutralizado *i*), *o* (neutralizado *u*), os vocábulos terminados em vogal alta não neutralizada, em ditongos ou em consoantes (exceto o *s*, pelas razões já expostas) tendem a se oxitonizar, pelo que acabam por grafar com os diacríticos convenientes;

- 3ª) Os encontros vocálicos tendem a reunir e não separar, de que resulta: os hiatos que se podem transformar em ditongos ou confundir em crase devem-se acentuar graficamente, assim como se acentuam com o trema os grupos *qü* e *gü*, em que o *u* pode-se obliterar; e como os ditongos abertos tendem ao fechamento, são acentuados graficamente; mas os hiatos com base tônica nasal, como os seguidos de *-nh-* (rainha, saindo, ruim) não necessitam de diacríticos;
- 4ª) Como corolário, não se acentuam graficamente os oxítonos de terminação nasal, de terminação consonantal ou em *i* e *u*, por tenderem a permanecer como oxítonos; e não se acentuam, obviamente, os homógrafos átonos e sim os tônicos.

Todos os casos relacionados obedecem ao princípio único de utilização dos diacríticos como auxiliares da leitura e instrumentos de oposição às tendências de mudança na prosódia de certos vocábulos em português, prosódia considerada como a mais adequada ao padrão culto da língua, sendo os critérios estabelecidos pela Associação Brasileira de Letras.

A uma possível indagação acerca de como apresentar, de forma adequada, essa matéria, à população escolar em fase inicial de alfabetização, há mais de uma resposta. O mais simples, talvez mais sensato, seria oferecer ao discente a oportunidade de "experimentar" a realização dos fonemas e nessa realização "sentir" o esforço dispendido, sobretudo em relação à tonicidade maior ou menos de certas sílabas dos vocábulos, bem como em face da diferença do processo de articulação das consoantes e das vogais altas em comparação com com o *a*, o *e* e o *o*. Em seguida fazer corresponder essa experiência à observação de que os vocábulos apresentam uma estrutura fônica relativamente limitada em português, bastante previsível no caso das sílabas finais e na posição da vogal tônica, e que esses dados devem ser utilizados na aplicação dos sinais gráficos. Se é impossível recorrer ao conhecimento histórico ou simplesmente ao raciocínio ou ainda à experiência acumulada do aluno, não é impossível didaticamente acenar para sua capacidade de comparação e observação, relevando o fato de que estatisticamente predominam as formas tônicas sobre as átonas e que as palavras tônicas, graficamente acentuadas ou marcadas, são as que sofrem as pressões para a mudança. Um outro dado a considerar é o que prevê sempre a representação do acento gráfico como um elemento inseparável da estrutura formal visual de uma palavra escrita quando ela o contiver.

Esta questão, é bom dizer, não deve ser relevada além do necessário para contribuir eficientemente para o aprimoramento da linguagem da população letrada, pois do contrário acaba por se transformar em transtorno pedagógico. A metodologia inadequada pode construir entrave maior que a ignorância na solução de um problema.

Este despretenhoso comentário, em suma, propõe apenas que esse tópico da ortografia portuguesa receba, objetivamente, no Brasil, do ponto de vista pedagógico, o tratamento que merece.

(1) *Semiologia e comunicação lingüística*. Trad. de Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1972.

SUMMARY: The author proposes a revision of the methodology of the teaching of "accents" in written Portuguese. After a brief history of grammars from the 16th to 20th centuries, he justifies the present criteria which the Academia Brasileira de Letras uses as a basis for decisions on "written accents". Although it is not possible to defend these criteria from a strictly linguistic point of view, it can be seen that they are the result of the historical development of Portuguese and they are, to certain extent, coherent. If the teaching methodology of "written accents" is changed, through the substitution of *rules*, or conclusions of previous reasoning, for the premises which determine these rules, "written accents" may be no longer a problem but an aid to the teaching of orthography of Brazilian Portuguese.

KEY-WORDS: Teaching. Methodology. Orthography. Marking with accents.

BIBLIOGRAFIA

- BUYSSENS, Eric. *Semiologia e comunicação lingüística*. Trad. de Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1972.
- BARROS, João de. *Gramática da Língua portuguesa*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa, Faculdade de Letras, 1971.
- LEAO, Duarte Nunes de. *Origem, e orthographia da lingua portuguesa*. Nova edição, correctada, e emendada, conforme a de 1784. Lisboa, Typographia do Panorama, 1864.
- BARBOZA, Jeronimo Soares. *Gramatica Philosophica*. Coimbra, 1803.
- MORAES SILVA, António de. *Dicionario da Língua Portuguesa* 2. ed., Lisboa, 1813.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica descriptiva*. 12. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1931.
- RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portuguesa*. 7. ed. N. Falcone e Cia, s.d.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária da língua portuguesa*, 6 ed., São Paulo, Melhoramentos, 1965.
- CARLOS PEREIRA, Eduardo. *Gramática Expositiva*. Curso Superior. São Paulo, Nacional, 1951.
- CHAVES DE MELO, Gladstone. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Acadêmica, 1970.
- MATTOSO CAMARA Jr., J. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1975.
- . *Estrutura da língua portuguesa*. 10. ed., Petrópolis, Vozes, 1981.

(Recebido em 29-0-88)

(Recebido em 29-02-88)